

Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Fortbras Autopeças S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fortbras Autopeças S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

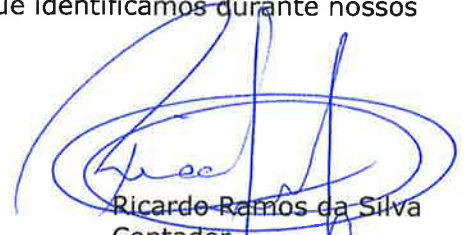
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de novembro de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/O-0

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017			31.12.2018	31.12.2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.104	65	32.567	8.008	Fornecedores e outras contas a pagar		45.206	202	94.851	43.076
Contas a receber de clientes	4	75.064	-	154.828	76.795	Impostos e contribuições a recolher		1.545	557	6.496	2.615
Estoques	5	129.557	-	248.974	142.382	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	2.407	2.792
Impostos a recuperar		4.211	347	14.767	5.036	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	9	10.436	2.809	21.413	11.642
Despesas antecipadas		425	83	1.529	716	Partes relacionadas	12	32.830	18.680	-	-
Adiantamento a fornecedores e outros créditos		5.543	499	8.067	5.848	Contas a pagar - aquisições	11	4.000	-	4.000	-
Total do ativo circulante		<u>217.904</u>	<u>994</u>	<u>460.732</u>	<u>238.785</u>	Dividendos a pagar		-	331	-	331
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos		-	750	-	876	Outros passivos	10	3.686	437	5.229	1.956
Depósitos judiciais		135	-	1.455	101	Total do passivo circulante		<u>97.703</u>	<u>23.016</u>	<u>134.396</u>	<u>62.412</u>
Partes relacionadas	12	2.475	9.200	-	-	NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	36.350	16.925	36.378	17.318	Contas a pagar - aquisições	11	246.710	125.492	246.710	125.492
Investimentos	6	519.487	319.119	8	26	Ações resgatáveis	15	15.551	-	15.551	-
Imobilizado	7	9.721	1.065	26.674	12.000	Provisão para riscos	13	874	-	28.571	640
Intangível	8	2.117	1.062	327.332	120.690	Outros passivos	10	-	-	-	645
Total do ativo não circulante		<u>570.285</u>	<u>348.121</u>	<u>391.847</u>	<u>151.011</u>	Total do passivo não circulante		<u>263.135</u>	<u>125.492</u>	<u>290.832</u>	<u>126.777</u>
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		<u>788.189</u>	<u>349.115</u>	<u>852.579</u>	<u>389.796</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	15	55.285	8.050	55.285	8.050
						Reserva de capital		382.652	191.495	382.652	191.495
						Reserva de Lucros		1.062	1.062	1.062	1.062
						Prejuízos acumulados		(11.648)	-	(11.648)	-
						Total do patrimônio líquido		<u>427.351</u>	<u>200.607</u>	<u>427.351</u>	<u>200.607</u>
		<u>788.189</u>	<u>349.115</u>	<u>852.579</u>	<u>389.796</u>			<u>788.189</u>	<u>349.115</u>	<u>852.579</u>	<u>389.796</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	337.505	-	774.880	510.752
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	17	(250.544)	-	(555.364)	(363.766)
LUCRO BRUTO		86.961	-	219.516	146.986
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas de vendas	17	(30.467)	-	(56.950)	(26.016)
Gerais e administrativas	17	(66.604)	(12.992)	(140.760)	(87.584)
Despesas com depreciação e amortização	17	(15.523)	(11.886)	(17.458)	(13.314)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	1.186	156	1.723	3.240
Resultado de equivalência patrimonial	6	22.826	31.870	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.621)	7.148	6.071	23.312
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	18	643	719	3.004	4.089
Despesas financeiras	18	(29.402)	(17.539)	(32.560)	(21.717)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(30.380)	(9.672)	(23.485)	5.684
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	14	-	-	(7.223)	(14.845)
Diferidos	14	18.732	14.130	19.060	13.619
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(11.648)	4.458	(11.648)	4.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.648)	4.458	(11.648)	4.458
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>(11.648)</u>	<u>4.458</u>	<u>(11.648)</u>	<u>4.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		3.550	150.995	-	-	(3.065)	151.480
Aumento de capital	15	4.500	40.500	-	-	-	45.000
Lucro do exercício	15	-	-	-	-	4.458	4.458
Reserva legal	15	-	-	70	-	(70)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	(331)	(331)
Retenção de lucros	15	-	-	-	992	(992)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		8.050	191.495	70	992	-	200.607
Aumento de capital	15	47.235	144.160	-	-	-	191.395
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(11.648)	(11.648)
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios	15	-	62.548	-	-	-	62.548
Dívida referente resgate de ações preferenciais	15	-	(15.551)	-	-	-	(15.551)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		55.285	382.652	70	992	(11.648)	427.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) do exercício / período	(11.648)	4.458	(11.648)	4.458
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício / período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	16.011	11.886	16.572	13.314
Resultado de equivalência patrimonial	(22.826)	(31.870)	-	-
Provisão para estoques obsoletos	(42)	-	2.729	(195)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.497	-	2.332	541
Provisão para riscos	874	-	512	405
Baixa de ativo imobilizado e intangível	147	-	-	61
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos	(18.732)	(14.130)	(11.837)	1.226
Encargos financeiros sobre contas a pagar - aquisição de controladas	27.963	17.471	27.963	17.471
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(7.563)	-	(15.877)	(9.924)
Estoques	(21.919)	-	(15.288)	(32.374)
Impostos a recuperar	716	(339)	(5.332)	(3.800)
Despesas antecipadas	(44)	(83)	(813)	(717)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	(893)	(1.224)	3.932	(1.739)
Depósitos judiciais	(6)	-	(1.148)	-
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores e outras contas a pagar	30.314	(479)	24.263	13.895
Impostos e contribuições a recolher	(1.948)	445	(2.445)	(15.051)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	625	2.222	2.197	4.533
Outros passivos	(59)	435	2.769	2.482
Contas a pagar aquisição de controlada	-	23.355	-	23.356
Impostos pagos	-	-	(7.609)	-
Caixa aplicado (gerado) nas atividades operacionais	<u>(7.533)</u>	<u>12.147</u>	<u>11.272</u>	<u>17.942</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.480)	(826)	(7.749)	(826)
Aquisição de ativo intangível	-	(993)	(407)	(1.775)
Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido	(59.683)	(50.352)	(37.438)	(59.061)
Aumento de capital em controlada	(104.761)	(18.000)	-	-
Partes relacionadas	20.875	6.895	(97.741)	-
Pagamento de dividendos a antigos sócios	-	-	-	(16.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(146.049)</u>	<u>(63.276)</u>	<u>(143.335)</u>	<u>(78.593)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital social	161.128	45.000	161.128	45.000
Pagamento aquisição de controlada	(4.176)	-	(4.176)	-
Dividendos a pagos	(331)	-	(331)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>156.621</u>	<u>45.000</u>	<u>156.621</u>	<u>45.000</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.039</u>	<u>(6.129)</u>	<u>24.559</u>	<u>(15.651)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/ exercício	65	6.194	8.008	23.659
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período/ exercício	3.104	65	32.567	8.008
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.039</u>	<u>(6.129)</u>	<u>24.559</u>	<u>(15.651)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Fortbras Participações S.A., constituída em 15 de junho de 2015, com sede à Avenida Manuel Bandeira, 291, Conjunto 23, Bloco D, Andar 1, Vila Leopoldina, São Paulo - SP, tem como objeto social o comércio, em atacado ou varejo, importação e exportação de peças e acessórios para veículos automotores e a participação em outras sociedades.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.4

Operação societária realizadas em 2018

Em 2018, a Companhia incorporou as controladas Pegasus Autopeças Ltda. ("Pegasus") e Soma Distribuidora de Autopeças Ltda. ("Soma"), utilizando a data-base para incorporação 1º de março de 2018, Javali Distribuidora Eletro Peças Ltda. ("Javali"), utilizando a data-base para incorporação 1º de junho de 2018 e T-Brasil Distribuidora Eletro Peças Ltda. ("T-Brasil"), utilizando a data-base incorporação de 1º de agosto de 2018, conforme laudos preparados por auditores independentes, pelo objetivo de unificação das entidades legais. Os efeitos no balanço nas datas mencionadas acima da Companhia, como resultado a incorporação, estão sumariados no quadro a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.950
Contas a receber de clientes	68.998
Estoques	107.596
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	3.276
Impostos a recuperar	4.580
Despesas antecipadas	298
Depósitos judiciais	129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	694
Investimentos	125
Imobilizado	8.719
Intangível	1.213
Fornecedores e outras contas a pagar	(14.689)
Impostos e contribuições a recolher	(2.936)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(7.002)
Outros passivos	<u>(2.684)</u>
Acervo líquido incorporado	<u>171.267</u>

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da União Participações S.A. e suas Controladas ("União"). Os detalhes da aquisição estão demonstrados na nota explicativa nº 6.1.

Operação societária realizadas em 2017

Em 10 de julho de 2017, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Menil Comércio de Peças Ltda. ("Menil"), sendo parte do pagamento realizado à vista e o restante será pago em até 5 anos, com atualização pelo IPCA.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em 2017, o resultado contempla o período de cinco meses da controlada direta Menil. Em 2018, o resultado contempla o período de quatro meses da controlada direta União, adquirida em 31 de agosto de 2018. A análise das demonstrações financeiras consolidadas deve considerar esses eventos que afetou a comparabilidade entre os períodos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real – R\$.

2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

Controladas são todas as empresas nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral, pela detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Companhia controla outra empresa. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos saldos alocados é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

2.4. Consolidação

O processo de consolidação das controladas, corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.
- (iii) Das vendas e custos realizados entre as empresas.

Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Empresas consolidadas

	31/12/2018		31/12/2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Javali Distribuidora Eletro Peças Ltda. (*)	0,00%	0,00%	99,99%	0,01%
Pegasus Autopeças Ltda. (*)	0,00%	0,00%	99,99%	0,01%
Soma Distribuidora de Autopeças Ltda. (*)	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
T-Brasil Distribuidora Eletro Peças Ltda. (*)	0,00%	0,00%	99,99%	0,01%
Total Distribuidora de Moto Peças Ltda. (*)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Menil Comércio de Peças Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
União Participações S.A.	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ambra Logística Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
Ambra Comercio de Pneus Salvador Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
Atacado União Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
Ambra Importadora e Exportadora Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
Ambra Pneus Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
Hipervarejo Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
União Peças Vila Velha Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
AMBRA Pneus Campo Grande Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
AMBRA Pneus Ribeirão Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
AMBRA Pneus Linhares Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
AMBRA Pneus Vila Velha Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
AMBRA Pneus Serra Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
União Peças Vitória Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
União Peças Betim Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
Hipervarejo Com. Varejista Prod. Auto. Ltda. (**)	0,01%	99,99%	0,00%	0,00%
União Peças Teixeira Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Eunápolis Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Recôncavo Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Itabuna Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Feira de Santana Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Colatina Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Divinópolis Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Cachoeiro Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Itaperuna Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%

	31/12/2018		31/12/2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Multipeças Carapina Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
Multipeças Guarapari Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
Multipeças Campo Grande Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
Multipeças São Mateus Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
Multipeças Aracruz Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
Multipeças Iconha Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Peças Linhares Ltda. (**)	10,00%	90,00%	0,00%	0,00%
União Comércio de Peças Ltda. (**)	15,26%	84,74%	0,00%	0,00%
União Distribuidora Serra Ltda. (ES) (**)	30,00%	70,00%	0,00%	0,00%
União Peças Viana Ltda. (**)	9,05%	90,95%	0,00%	0,00%
União Distribuidora de Peças Ltda. (BA) (**)	8,41%	91,59%	0,00%	0,00%
Multipeças Guarus Ltda. (**)	7,22%	92,58%	0,00%	0,00%

(*) Incorporações ocorridas em 2018, vide nota explicativa nº 1.

(**) Aquisições realizadas em 2018, vide nota explicativa nº 1.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a depreciação do ativo imobilizado, a redução do valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis registrados por combinação de negócios e a provisão para riscos.

2.6. Instrumentos financeiros

O CPC 48, estabelece uma nova metodologia para classificação, mensuração e perda ao valor recuperável de ativos e passivos financeiros.

(a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

Sob o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- (ii) Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

(b) Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em: (i) Custo amortizado; e (ii) Valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de fornecedores e partes relacionadas). A Companhia possui como passivos financeiros: fornecedores e partes relacionadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" é classificada como custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.8. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias.

O cálculo da perda estimada é baseado em estimativas para cobrir as perdas esperadas na realização das contas a receber, com base na experiência histórica da Administração e análise de eventuais fatos recentes que possam impactar na estimativa.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, entre os dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.11. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulada, caso aplicável.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes poderão ser reconhecidos como mudança de estimativa contábil. Em 2018, não ocorreram mudanças de estimativa.

2.12. Ativos intangíveis

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No consolidado, o ágio de controladas é registrado como ativo intangível. Se a adquirente apurar a compra desvantajosa, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas ("impairment"), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por "impairment", que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de "impairment". A alocação é feita para as UGCs ou para um grupo de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil estimada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.13. "Impairment" de ativos financeiros

Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro, devido a dificuldades financeiras ou existência de dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "impairment".

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos por meio desses no curso normal dos negócios.

2.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.16. Receita de vendas de mercadorias

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificação.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. A Receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em virtude de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, rendimentos de aplicações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem os juros sobre as contas a pagar pela compra de controladas.

2.18. Outros ativos e passivos - circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

2.20. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

a) Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente:

No exercício corrente, a Companhia aplicou novas interpretações aos CPCs emitidos. A adoção dessas novas normas revisadas não teve efeitos relevantes sobre os valores reportados para os exercícios corrente e anteriores.

<u>Novas Normas, alterações e interpretações</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros (a)	1º de janeiro de 2018
CPC 47 – Receita de Contrato com clientes (b)	1º de janeiro de 2018

- (a) O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia adotou os novos preceitos para as perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração da CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia.

<u>Ativos</u>	<u>Nota</u>	<u>Categoria anterior</u>	<u>Categoria conforme CPC 48</u>
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	3	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	4	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamento a fornecedores e outros créditos		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros:			
Fornecedores e outras contas a pagar		Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar – aquisições	11	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

- (b) CPC 47 - Receita de contrato com clientes: exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente de acordo com o CPC.

b) Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas:

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

<u>Novas Normas, alterações e interpretações</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 06 R2 – Operações de Arrendamento mercantil (a)	1º de janeiro de 2019
CPC00 – Estrutura Conceitual – Revisão (b)	1º de janeiro de 2020
ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro (c)	1º de janeiro de 2019

- (a) O CPC 06 R2, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos pelo arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 R2 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

- (b) Alteração da estrutura conceitual

A revisão da Estrutura Conceitual traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

(c) Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019) - esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma, mas não espera impactos relevantes.

2.21 Reclassificação

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou uma reclassificação nas demonstrações financeiras dos fluxos de caixa com a finalidade de melhor refletir a variação nos passivos operacionais e as atividades de investimento.

Conseqüentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas conforme demonstramos abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Valores reclassificados	Originalmente apresentado	Reclassificação	Valores reclassificados
Fluxo de caixa da variação nos passivos operacionais	(11.208)	23.355	12.147	(5.413)	23.355	17.942
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(39.921)	(23.355)	(63.276)	(55.238)	(23.355)	(78.593)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	339	-	1.401	412
Bancos contas corrente	229	61	1.606	985
Aplicações financeiras (i)	2.536	4	29.560	6.611
	<u>3.104</u>	<u>65</u>	<u>32.567</u>	<u>8.008</u>

(i) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Todas as aplicações financeiras foram estruturadas para ter característica e rendimento de títulos de renda fixa, com remuneração de 87% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cientes	77.478	-	169.965	78.016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(2.414)	-	(15.137)	(1.221)
	<u>75.064</u>	<u>-</u>	<u>154.828</u>	<u>76.795</u>

A maioria dos clientes são consumidores finais, revendas de autopeças e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é em torno de 54 dias.

As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valores a vencer	71.491	-	139.065	70.389
Vencidos:				
Até 30 dias	1.501	-	8.751	5.621
Entre 31 e 60 dias	1.201	-	3.796	456
Entre 61 e 90 dias	871	-	3.216	329
Acima de 90 dias	2.414	-	15.137	1.221
	<u>77.478</u>	<u>-</u>	<u>169.965</u>	<u>78.016</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício	-	-	(1.221)	(1.565)
Constituição de provisão	(1.497)	-	(2.332)	(344)
Efeitos advindos da aquisição da União - Vide nota explicativa nº 6.1.	-	-	(11.584)	-
Efeitos advindos das incorporações - Vide nota explicativa nº 1	(917)	-	-	-
Saldos no fim do exercício	<u>(2.414)</u>	<u>-</u>	<u>(15.137)</u>	<u>(1.221)</u>

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	130.277	-	259.932	143.349
Provisão para perda com estoques obsoletos	(720)	-	(10.958)	(967)
	<u>129.557</u>	<u>-</u>	<u>248.974</u>	<u>142.382</u>

A provisão para perda com estoques obsoletos foi constituída para itens sem movimentação há mais de 2 anos. A movimentação da provisão para perda se dá da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício	-	-	(967)	(1.162)
Constituição para perda com estoques obsoletos	42	-	(2.729)	195
Provisão para perda com estoques obsoletos advindos da aquisição da União - Vide nota explicativa nº 6.1	-	-	(7.262)	-
Provisão para perda com estoques obsoletos advindos das incorporações - Vide nota explicativa nº 1	(762)	-	-	-
Saldos no fim do exercício	<u>(720)</u>	<u>-</u>	<u>(10.958)</u>	<u>(967)</u>

6. INVESTIMENTOS

A movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Saldo inicial do investimento	Aumento de capital	Aquisição "Grupo União" – vide nota explicativa nº 6.1	Incorporação de controladas –vide nota explicativa nº 1	Amortização mais valia	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo final
Javali	74.430	-	-	(59.246)	(1.674)	4.261	-	17.771
Pegasus	68.978	-	-	(35.636)	(3.246)	(400)	-	29.696
Soma	34.088	-	-	(27.205)	(1.011)	1.063	-	6.935
T-Brasil	55.388	-	-	(49.180)	(1.986)	4.424	-	8.646
Total	17.012	-	-	-	(961)	1.099	-	17.150
Menil	69.223	7.020	-	-	(1.692)	3.848	628	79.027
União	-	97.741	256.877	-	(2.887)	8.531	-	360.262
Total	<u>319.119</u>	<u>104.761</u>	<u>256.877</u>	<u>(171.267)</u>	<u>(13.457)</u>	<u>22.826</u>	<u>628</u>	<u>519.487</u>

6.1. Combinação de Negócios

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia adquiriu 100% do capital total e votante da União Participações S.A. e suas controladas ("Grupo União"). O Grupo União é o maior grupo empresarial do setor de distribuição de autopeças no Espírito Santo, em operação desde 1969. Atualmente, atua por meio de suas 44 lojas no, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, além do Espírito Santo, contando com a Atacado União, a União Peças, a Ambra Pneus, a Multiplan Peças e a Hipervarejo.

O objetivo da aquisição foi o de ampliar a atuação da Companhia, nacionalmente.

Em 14 de julho de 2018, foi assinado o contrato de compra de ações, e em 31 de agosto de 2018, as condições precedentes foram atingidas e o controle das operações foram assumidos pela Companhia.

A contraprestação transferida dessa transação foi de R\$256.877, composto da seguinte forma:

- a) Pagamento em caixa de R\$62.632 em 31 de agosto de 2018.
- b) Pagamento de R\$110.322 em agosto de 2021, corrigidas a 100% do CDI (à valor justo, na data do balanço, representou R\$101.431).
- c) Além disso, os vendedores da União passarão a deter 22,5% do capital social da Compradora (Fortbras), que à valor justo representa R\$92.814.

A Administração concluiu que essa aquisição é uma combinação de negócio e registrou os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, conforme abaixo:

	<u>Custo histórico</u>	<u>Ajustes a valor justo</u>	<u>Ativos e passivos a valor justo</u>
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	25.194	-	25.194
Contas a receber	64.488	-	64.488
Estoques	94.033	-	94.033
Outros créditos	9.716	-	9.716
Ativo não circulante			-
Outros créditos	145	-	145
Imobilizado	10.040	-	10.040
Intangível	305	59.933	60.638
Passivos circulantes:			
Fornecedores	17.403	-	17.403
Partes relacionadas	97.741	-	97.741
Adiantamentos de clientes	10.028	-	10.028
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	8.284	-	8.284
Outras obrigações	5.312	-	5.312
Passivo não circulante:			
Empréstimos e financiamentos	244	-	244
Provisão para riscos	<u>27.419</u>	-	<u>27.419</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>37.490</u>	<u>59.933</u>	<u>97.423</u>
Ágio preliminar			159.454
Contraprestação transferida			256.877

A Companhia até a data destas demonstrações financeiras, ainda não havia concluído a mensuração final dos ativos e passivos a valores justos. Dessa forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios, coma apuração do ágio o qual será reavaliado no período de mensuração. Contudo, a Companhia não espera efeitos relevantes em suas informações financeiras decorrentes dessa alocação.

7. IMOBILIZADO

	Controladora				Consolidado		
	Saldo líquido 31/12/2018	Saldo líquido 31/12/2017	Custo	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2018	Saldo líquido 31/12/2017	Taxa anual
Móveis e utensílios	1.432	300	5.155	(2.204)	2.951	1.879	10%
Máquinas e equipamentos	253	3	2.726	(2.258)	468	227	10%
Instalações	3.459	189	14.042	(4.256)	9.786	2.883	10%
Veículos	191	-	2.768	(2.209)	559	455	20%
Equipamentos de informática	2.657	141	10.152	(4.244)	5.908	2.693	25%
Obras em Andamento	1.729	432	7.219	(217)	7.002	3.863	10%
	<u>9.721</u>	<u>1.065</u>	<u>42.062</u>	<u>(15.388)</u>	<u>26.674</u>	<u>12.000</u>	

A movimentação do saldo do imobilizado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.065	343	12.000	4.075
Adições líquido de baixas	2.480	826	7.749	8.710
Depreciação	(2.543)	(104)	(3.115)	(1.262)
Saldo advindo de incorporações	8.719	-	-	-
Aquisição de controlada (nota explicativa nº 6.1)	-	-	10.040	477
Saldo final	<u>9.721</u>	<u>1.065</u>	<u>26.674</u>	<u>12.000</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há ativos dados em garantia.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

Os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram identificados indicadores da necessidade da realização de teste para provisão para redução a seu valor recuperável.

8. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado		Taxa anual amortização
	Saldo líquido em 31/12/2017	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2017	
Ágio	-	83.957	-	83.957	
Mais-valia - Não concorrência	-	14.723	(3.713)	11.010	20%
Mais-valia - Relacionamento com clientes	-	31.271	(7.961)	23.310	(*)
Software	<u>1.062</u>	<u>3.140</u>	<u>(727)</u>	<u>2.413</u>	20%
	<u>1.062</u>	<u>133.091</u>	<u>(12.401)</u>	<u>120.690</u>	

	Controladora		Consolidado		Taxa anual amortização
	Saldo líquido em 31/12/2018	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido em 31/12/2018	
Ágio	-	233.205	-	233.205	
Mais-valia - Não concorrência	-	18.436	(7.400)	11.036	20%
Mais-valia - Relacionamento com clientes	-	64.705	(15.710)	48.995	(*)
Mais-valia - Marca	-	33.610	(2.021)	31.589	(*)
Software	<u>2.117</u>	<u>4.119</u>	<u>(1.612)</u>	<u>2.507</u>	20%
	<u>2.117</u>	<u>354.075</u>	<u>(26.743)</u>	<u>327.332</u>	

(*) Os intangíveis alocados possuem características diferentes para cada combinação de negócios, fatores estes considerados para a determinação de sua vida útil, por este fato o prazo médio para a amortização da mais-valia de relacionamento com clientes é de 10 anos e para marca é de 6 anos.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	1.062	120.690
Adições, líquidas de baixas	(147)	407
Amortização	(11)	(13.457)
Saldo advindo de incorporações	1.213	-
Ágio e ativos alocados na aquisição de controladas (nota explicativa nº 6.1)	-	219.692
Saldo final	<u>2.117</u>	<u>327.332</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou teste de redução ao valor recuperável, o qual é suportado por um relatório de avaliação preparado pela equipe interna. A análise foi realizada com base no método do valor em uso das projeções do fluxo de caixa descontado a valor presente, por um período de cinco anos.

As receitas de 2019 a 2023, foram calculadas com base nos fatores de crescimento da Companhia. As despesas mais significativas, como despesas de pessoal e despesas administrativas foram estimadas com base no crescimento da inflação. As despesas variáveis seguem as projeções de receita, devido a correlação entre elas.

Os fluxos de caixa descontados foram calculados considerando uma taxa de 140% do CDI que representa 5.9% e comparados com o valor do ágio, quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso, uma perda por "impairment" é reconhecida, os resultados indicaram que o valor contábil do ativo não excede seu valor recuperável, portanto não reconhecemos a perda por "impairment".

9. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	2.511	-	4.413	1.862
Provisão para férias e 13º salário	3.906	-	8.848	3.341
Encargos sociais	1.828	113	3.805	2.922
Provisão para bônus	2.191	2.696	4.347	3.517
	<u>10.436</u>	<u>2.809</u>	<u>21.413</u>	<u>11.642</u>

10. OUTROS PASSIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aluguéis	-	10	-	117
Comissões	837	-	955	997
Frete	189	-	197	74
Serviços de terceiros a pagar	1.009	300	1.009	300
Custo logística reversa	1.348	-	1.414	-
Outros	303	127	1.654	1.113
	<u>3.686</u>	<u>437</u>	<u>5.229</u>	<u>2.601</u>
Circulante	3.686	437	5.229	1.956
Não circulante	-	-	-	645

11. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE CONTROLADA – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>
Fortbras Autopeças S.A.	120.398
Menil Comércio de Peças Ltda.	28.880
União Participações S.A. e controladas	<u>101.432</u>
	<u>250.710</u>

A movimentação do saldo de contas a pagar aquisição no período:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	125.492	84.665
Pagamentos	(4.176)	-
Adições	101.431	35.000
Juros	<u>27.963</u>	<u>5.827</u>
Saldo final	<u>250.710</u>	<u>125.492</u>

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor justo, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente nas respectivas datas de aquisição.

O Sellers Note da Companhia, referente a aquisições realizadas em 2016 será pago em setembro de 2021, sem atualização monetária.

O Sellers Note da Menil Comércio de Peças Ltda., referente a aquisição da Menil Comércio de Peças Ltda., será pago de 1 a 5 anos, com atualização monetária pelo IPCA.

O Sellers Note da União Participações S.A. e suas controladas, será pago em agosto de 2021, com atualização monetária pelo CDI.

12. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Créditos com a controladora</u>				
Ambra Importadora e Exportação (*)	-	-	25.810	-
Total Distribuidora Moto Peças Ltda. (*)	2.475	-	7.020	-
Pegasus Autopeças Ltda., Javalí Distribuidora de Eletro Peças Ltda. (*)	-	<u>9.200</u>	-	<u>18.680</u>
Total	<u>2.475</u>	<u>9.200</u>	<u>32.830</u>	<u>18.680</u>

(*) Referem-se a mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa, sobre os quais não há atualizações monetárias e prazo de vencimento definido.

Transações comerciais entre empresas

Em 31 de dezembro de 2018, ocorreram transações de compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo que totalizaram R\$9.339.

Remuneração dos Administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos R\$5.737 (R\$4.010 em 31 de dezembro de 2017) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros e não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

13. PROVISÃO PARA RISCOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhistas e tributárias, decorrentes do curso normal de suas atividades.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributária	25.870	107
Cíveis	1.333	5
Trabalhista	<u>1.368</u>	<u>528</u>
Total	<u>28.571</u>	<u>640</u>
		<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial		640
Advindo da aquisição da União		27.433
(Adições)/Baixas no período		<u>498</u>
Total de provisão de risco		<u>28.571</u>

Do total das provisões de risco, R\$27.433 são decorrentes do balanço de abertura da União Participações S.A. e suas controladas e referem-se a causas de natureza tributária e processos judiciais e/ou administrativas.

A Companhia possui em andamento processos de R\$51, referente a reclamações de natureza civil, R\$651, de natureza trabalhista e R\$64, de natureza tributária, totalizando R\$766, para esses processos foram considerados como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, sem constituição de provisão.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade.

14. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(30.380)	(9.672)	(23.485)	5.684
Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34%	10.329	3.288	7.985	(1.933)
Efeito tributário sobre:				
Equivalência patrimonial	7.761	10.836	-	-
Demais exclusões e/ou adições permanentes (i)	<u>642</u>	<u>6</u>	<u>3.852</u>	<u>707</u>
Despesa (crédito) de IRPJ e CSLL	<u>18.732</u>	<u>14.130</u>	<u>11.837</u>	<u>(1.226)</u>

- (i) As adições permanentes são despesas gerais não dedutíveis, ajustes negativos de estoque, perdas diversas, multas por infração fiscal e demais despesas indedutíveis, conforme RIR/99 vigente à época. As exclusões permanentes referem-se à reversão de perdas diversas e ajustes positivos de estoques. As adições temporárias referem-se ao ajuste a valor presente e amortização mais valia. E as exclusões temporárias referem-se à amortização mais-valia, amortização ágio não-alocado e reversão das provisões.

Os impostos diferidos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adições temporárias				
Ajuste a valor presente	41.648	21.807	41.648	21.807
Provisão para desvalorização de estoques	-	-	-	967
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	262
Amortização do ágio - alocação	14.256	11.674	14.256	11.674
Outras provisões	66	2.996	148	2.924
Prejuízos fiscais	50.942	13.303	50.942	13.303
Base de cálculo	106.912	49.780	106.994	50.937
Imposto de renda e contribuição social diferidos a Recuperar – Alíquota nominal de 34%				
	36.350	16.925	36.378	17.318

15. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado era de R\$8.050. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado passou a ser R\$55.286, dividido em 81.966.742 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que a distribuição do controle apresentava a seguinte composição:

	2018			
	Ações ordinárias	%	Valor	
Stuttgart Investimentos - Fundo Inv. em Participações	60.007.852	73,21	40.475	
Roberto Szachnowicz	639.341	0,78	431	
Juvenil Casagrande	1.926.218	2,35	1.299	
Luiz Jorge de Marco	516.390	0,63	348	
Adauto Lucio Paradela	434.424	0,53	293	
João Henrique Fiório Checon	14.754.014	18,00	9.951	
Gabriel Paganini Checon	1.844.252	2,25	1.244	
João Pedro Paganini Checon	1.844.252	2,25	1.244	
	<u>81.966.743</u>	<u>100</u>	<u>55.285</u>	
	2017			
	Ações Preferenciais	Ações ordinárias	%	Valor
Stuttgart Investimentos - Fundo Inv. em Participações	19.137.510	19.852.990	92,75	178.961
Roberto Szachnowicz	92.490	214.840	0,45	1.500
Juvenil Casagrande	941.743	982.779	4,56	9.029
Luiz Jorge de Marco	252.530	263.534	1,22	2.069
Adauto Lucio Paradela	210.905	220.095	1,02	2.219
	<u>20.635.178</u>	<u>21.534.238</u>	<u>100</u>	<u>193.778</u>

Aumentos de capital

Em 2018, foram aprovados o aumento e a integralização de capital em R\$47.236, conforme Assembleia Geral Extraordinária registradas.

Em 2018 ocorreu emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal onde parte do preço de emissão correspondente ao valor total de R\$144.160, foi destinado a conta de reserva de capital da Companhia.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Como o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou prejuízo contábil, não houve destinação para reserva legal.

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos. Como o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou prejuízo contábil, não houve destinação para reserva de lucro.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Como o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou prejuízo contábil, não houve destinação para dividendos.

Reservas de capital

Divida referente resgate de ações preferenciais

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2018, os acionistas da Companhia deliberaram pela conversão de todas as ações preferenciais para ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência do mencionado, houve também o resgate de 470.872 ações preferenciais pelo Acionista Juvenil Casagrande, 126.265 ações preferenciais pelo Acionistas Luiz Jorge De Marco e 105.453 ações preferenciais pelo Acionista Aduino Lúcio Paradela, que serão pagos pela Companhia para estes Acionistas em 15 de setembro de 2021. Os valores desses resgates totalizam R\$15.551.

Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios

O saldo de R\$62.548 refere-se à valorização ao valor justo das ações correspondentes à 22,5% de ações da Fortbras para aquisição da controlada "União", ao qual compôs a contraprestação transferida, conforme nota explicativa nº 6.1.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta com venda de mercadorias	358.936	-	834.194	540.806
Receita bruta com prestação de serviço	-	-	892	-
Devoluções de vendas	(5.509)	-	(19.035)	(6.458)
PIS e COFINS	(13.532)	-	(27.121)	(17.521)
ICMS	(2.390)	-	(13.251)	(5.463)
IPI – Imposto s Produtos Industrializados	-	-	(757)	(612)
ISS - Imposto sobre serviços prestados	-	-	(42)	-
	<u>337.505</u>	<u>-</u>	<u>774.880</u>	<u>510.752</u>

17. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custos	(250.544)	-	(555.364)	(363.766)
Salários e benefícios	(55.338)	(7.834)	(89.916)	(63.732)
Depreciação e amortização	(15.523)	(11.886)	(17.457)	(13.314)
Despesas com comissão de vendas	(8.550)	-	(15.313)	(13.915)
Despesas com bonificações a clientes	(404)	-	(776)	(705)
Despesas com fretes e seguros	(7.734)	-	(13.546)	(12.309)
Serviços terceiros	(10.956)	(1.624)	(12.830)	(8.068)
Despesas tributárias	(1.392)	(233)	(3.229)	(1.773)
Despesas com ocupação	(4.422)	(318)	(9.269)	(6.034)
Demais despesas, líquidas	(7.089)	(2.827)	(51.109)	(3.824)
Total	<u>(361.952)</u>	<u>(24.722)</u>	<u>(768.809)</u>	<u>(487.440)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custos	(250.544)	-	(555.364)	(363.766)
Despesas de vendas	(30.467)	-	(56.950)	(26.016)
Despesas gerais e administrativas	(66.604)	(12.992)	(140.760)	(87.584)
Despesas com depreciação e amortização	(15.523)	(11.886)	(17.458)	(13.314)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	<u>1.186</u>	<u>156</u>	<u>1.723</u>	<u>3.240</u>
Total	<u>(361.952)</u>	<u>(24.722)</u>	<u>(768.809)</u>	<u>(487.440)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	30	698	459	1.201
Juros de clientes	220	21	17.765	2.332
Descontos obtidos e correções	393	-	770	556
Total	643	719	30.045	4.089
Despesas financeiras:				
Juros sobre contas a pagar aquisição de controlada	(27.961)	(17.471)	(27.961)	(17.471)
Juros, multas e tarifas bancárias	(1.441)	(68)	(4.599)	(4.246)
Total	(29.402)	(17.539)	(32.560)	(21.717)

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.104	65	32.567	8.008
Contas a receber	75.064	-	154.828	76.795
Adiantamento a fornecedores e outros créditos	5.543	449	8.067	5.848
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores e outras contas a pagar	45.206	202	94.851	43.076
Contas a pagar - aquisições	250.710	125.492	250.710	125.492

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis, esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2018. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - Provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CC			
CDI (a)	6,50%	4,87%	3,25%

(a) Refere-se à meta SELIC para 2018. Fonte de informação – site do BACEN: www.bcb.gov.br.

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Controladora:				
Contas a pagar – aquisições	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>232.867</u>	<u>9.843</u>
Total	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>232.867</u>	<u>9.843</u>
Consolidado:				
Contas a pagar - aquisições	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>232.867</u>	<u>9.843</u>
Total	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>232.867</u>	<u>9.843</u>

d) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

Índice de Endividamento – Consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (i)	266.261	125.492
Caixa e equipamentos de caixa	<u>(32.567)</u>	<u>(8.008)</u>
Dívida Líquida	233.694	117.484
Patrimônio Líquido	<u>427.351</u>	<u>200.607</u>
Índice de endividamento líquido	<u>54,68%</u>	<u>58,56%</u>

(i) A dívida é definida por contas a pagar decorrente de aquisição de controladas e ações preferenciais resgatáveis.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Seguro Compreensivo	Veículos	100% Tabela Fipe	25/08/2018 a 25/08/2019
Cobertura Básica	Patrimonial	R\$397,5 milhões	25/08/2018 a 25/08/2019
D&O	Administradores	R\$30 milhões	01/09/2018 a 01/09/2019

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Transações que não envolveram caixa

As transações que não envolveram caixa referem-se substancialmente a aquisição de controlada e incorporação de controladas, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 6.1.

Do aumento de capital do montante de R\$47.236, conforme nota explicativa nº 15, R\$30.267 não afetaram caixa.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 25 de outubro de 2019.